

AS TICS NA ABORDAGEM DA HISTÓRIA INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

ICT'S IN THE APPROACH OF INDIGENOUS HISTORY: A CASE STUDY WITH STUDENTS FROM HIGH SCHOOL OF THE PUBLIC STATE OF RIO DE JANEIRO

Bianca Luiza Freire de Castro FRANÇA

<bianca.castro.franca@gmail.com>

Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST), Rio de Janeiro (RJ)

<http://lattes.cnpq.br/6965076686458954>

Gabriel de Oliveira SOARES

<gsoares8@outlook.com>

Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática (UFN), Santa Maria (RS)

<http://lattes.cnpq.br/5182622667860285>

RESUMO

A partir da obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Indígena no Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras, definida pela Lei 11.645/2008, esse trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa a respeito do uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para a abordagem de História Indígena em sala de aula, a partir de um projeto experimental com alunos do Ensino Médio de uma escola estadual da Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ, ocorrida no ano de 2019. Após refletir sobre o uso das TIC's em sala de aula a partir de autores como Moran (2008) e Silva e Volpato (2013), e sobre os impactos da Lei 11.645/2008 no ensino, é apresentada uma análise objetiva do trabalho executado com os alunos a partir de dados de participação em um curso online (AVA/MOODLE) sobre História Indígena, demonstrando o uso do produto enquanto uma sugestão de trabalho com TIC's e a temática indígena em sala de aula. A metodologia adotada permitiu o registro e análise de informações coletadas por meio de formulário digital (Google Forms) a fim de apresentar os resultados obtidos através de quadro de correlação sobre conhecimentos prévios e adquiridos pelos alunos antes e depois do curso online, avaliando assim, participação e satisfação com a experiência. Os resultados obtidos possibilitaram importantes reflexões acerca da efetivação da proposta e do trabalho utilizando TIC's na abordagem da temática indígena em sala de aula, evidenciando que nem sempre o uso das TIC's em sala de aula pode contribuir de maneira efetiva para a aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: TIC; História Indígena; Educação

ABSTRACT

Since the study of Indigenous History and Culture in Elementary and Secondary Education in Brazilian schools is mandatory, defined by Law 11.645 / 2008, this work aims to present a research about the use of Information and Communication Technology (ICTs) for the approach to Indigenous History in the classroom, from an experimental project with high school students from a state school in the North Zone of Rio de Janeiro, RJ, which took place in 2019. After reflecting on the use of ICTs in the classroom class based on authors such as Moran (2008) and Silva and Volpato (2013), and on the impacts of Law 11.645 / 2008 on teaching, an objective analysis of the work performed with students based on data on participation in a course is presented online (AVA / MOODLE) on Indigenous History, demonstrating the use of the product as a suggestion of working with ICT's and the indigenous theme in the classroom. The adopted methodology allowed the registration and analysis of information collected through a digital form (Google Forms) in order to present the results obtained through a correlation table about previous knowledge and acquired by

students before and after the online course, thus evaluating participation and satisfaction with the experience. The results obtained enabled important reflections on the effectiveness of the proposal and the work using ICTs in the approach of indigenous themes in the classroom, showing that not always the use of ICTs in the classroom can effectively contribute to learning.

KEYWORDS: ICT; Indigenous History; Education

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma pesquisa empírica analítica a respeito do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para a abordagem da História Indígena em sala de aula. Parte de um projeto experimental com os alunos do Ensino Médio Regular de uma escola estadual da Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ, para fazer uma análise do uso de TIC's em sala de aula como ferramenta de apoio para a abordagem da História Indígena, fazendo valer a Lei 11.645/2008 que obriga a abordagem deste conteúdo em todas as escolas do Brasil.

Essa pesquisa surgiu durante o curso de Especialização em Docência e foi aproveitada de um trabalho que já estava em andamento desde março de 2019, iniciado a partir do convite do professor de História e da Coordenação Pedagógica desse colégio estadual, ainda em 2018, para a ministração de uma palestra para os alunos do Ensino Médio, por conta do "Abril Indígena¹".

A partir do sucesso da palestra, foi possível dar continuidade ao trabalho em duas novas fases: uma oficina com os alunos dos 2º e 3º anos, turmas acompanhadas pelo professor; e um produto educacional produzido para atender a demanda do projeto, que é um curso em Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA) construído na plataforma MOODLE com hospedagem disponibilizada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Bento Gonçalves (RS).

Esta pesquisa visa investigar contribuições da participação nesse curso online para as discussões da temática indígena em sala de aula, indicada pela Lei 11.645/2008. Esperamos dessa forma, apresentar uma análise mais objetiva do trabalho executado com os alunos e demonstrar o uso do produto gerado a partir desta pesquisa, enquanto uma sugestão de trabalho com TIC's e a temática indígena em sala de aula.

¹ O Abril Indígena é uma mobilização nacional que exige a terra e os direitos para os povos indígenas. Ocorre todos os anos em abril com a organização do Acampamento Terra Livre. Para saber mais, acesse: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/as-raizes-do-abril-indigena/>>. Acesso em: 27 de abril de 2020

O presente artigo está dividido em seis tópicos: Uso de Tecnologias de Informação (TIC's) em sala de aula; Abordagem de História Indígena em sala de aula (Lei. 11.645/2008); Caminhos metodológicos; O projeto História Indígena para o Ensino Médio; Os resultados inesperados; Considerações finais.

Diante do exposto, esperamos que este trabalho possa trazer subsídios e novos questionamentos para a abordagem da História Indígena em sala de aula conforme previsto em lei e que contribua para as sugestões de uso de TIC's no ensino aprendizagem, não apenas como disciplina de informática nas escolas, mas como ferramenta de apoio pedagógico extremamente necessária nos dias atuais.

USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (TIC'S) EM SALA DE AULA

A sociedade passa por momentos de transformações devido às novas tecnologias de informação e comunicação que aos poucos, vão se interligando à atividade educacional. A informática traz inúmeros impactos que atingem diversas áreas sociais, sendo a educação uma destas. Cada vez mais, a tecnologia se faz presente na escola e no aprendizado dos alunos, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos ou projetos envolvendo educação e tecnologia.

Na atualidade, as atividades humanas estão centradas na capacidade de transmissão e compartilhamento de informação e conhecimentos, em um curto espaço de tempo e transpondo barreiras espaciais à construção coletiva e ao compartilhamento de saberes, o que proporciona maior criatividade e interação. Esse comportamento é visível ao entendermos a forma com que utilizamos as redes sociais, por exemplo. Em minutos, uma informação é compartilhada rapidamente para diversas pessoas. Assim, a evolução das TIC's gera a necessidade de sua utilização adentrar os muros das escolas, fato que precisa de uma reflexão acerca dos novos questionamentos sobre sua utilização no Ensino Fundamental e Médio.

Por TIC's, Rosângela Conte Silva e Rosângela Aparecida Volpato (2013) dizem que, podemos entender a utilização da informática, do computador, da Internet, do CD-ROM, da hipermídia, da multimídia, de ferramentas para a Educação à Distância (EaD) – como chats, grupos ou listas de discussão, correio eletrônico etc., – e de demais recursos e linguagens digitais de que

atualmente dispomos e que podem colaborar significativamente para tornar o processo educativo mais eficiente e mais eficaz.

Para Cláudio de Oliveira (et. al., 2015), entende-se que TIC's consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

Guilherme Passero et. al. (2016) trazem uma interessante discussão sobre a exposição da Geração Z as TIC's. Geração Z, segundo o autor, é uma geração multitarefa, imediatista e falante da "linguagem digital". O "Z" vem da expressão inglesa "zapping" que se refere a mudar canais rapidamente assistindo TV, ignorando o conteúdo que não nos interessa. Esse ato de "zapear" informações é observado nessa geração de nativos digitais, nascidos após 1995, quando o uso da internet se intensificou no mundo e começaram a fazer parte do meio infantil tecnologias como Wi-Fi, smartphones, tablets, jogos on-line e serviços virtuais de comunicação e socialização. Segundo os autores, a Geração Z também é chamada de "Geração Net", "e-generation", "Homo sapiens digitalis", "iGen", "Post-Millennials" entre outros nomes.

Passero et. al. (2016) citam alguns estudos de autores que apontam evidências de que a exposição a TIC's, principalmente na adolescência, pode trazer prejuízos sérios e que o uso de laboratórios de informática no ensino fundamental requer atenção (SETZER, 2014; CARR, 2011). Para os autores que apontam os prejuízos dessa exposição, o processo cognitivo dos nativos digitais sofreu mudanças significativas com as TIC's. E para tais autores é importante uma revisão dessas alterações cognitivas, bem como, evidenciam a diminuição da capacidade intelectual gerada pela forma como a Web é apresentada. Essas pesquisas mostram que as pessoas que leem textos lineares compreendem mais, lembram mais e aprendem mais do que aquelas que leem textos salpicados com links.

Outro dado importante a se avaliar é que ao utilizar o computador e celular, somos constantemente notificados sobre o que acontece no mundo e esse "bombardeio" de informações digitais afeta a concentração e a capacidade de aprender. Há uma "tecnologia do esquecimento"

(CARR, 2011), que obstrui as faculdades do raciocínio mais elevado e interrompe a consolidação de memórias de longo prazo e desenvolvimento de esquemas mentais.

Há ainda, muitos estudos ao redor do mundo que demonstram a influência negativa do computador no rendimento escolar (SETZER, 2014). Para esses autores, o uso do computador e da internet exige, para não ser prejudicial, um alto grau de conhecimento, discernimento e autocontrole inexistentes ou incipientes na infância e adolescência.

Apesar dos problemas apresentados, Passero et. al. (2016) argumentam que há muitos autores que são otimistas e defendem as TIC's enquanto uma realidade contemporânea que a sociedade e o sistema educacional precisam se adaptar. Até o momento, a sugestão não é para o banimento do computador, mas seu uso regulado. A Geração Z, moldada pela forma como o computador é usado, que talvez não seja a mais indicada, é um novo perfil de estudante que traz desafios aos professores. Para estes autores mais otimistas, a maioria das críticas se baseia em desconfiança e medo, geralmente por parte de pessoas mais velhas, o que é até compreensível, uma vez que uma nova rede, nas mãos de uma nova geração tecnologicamente preparada e com uma mentalidade comunitária, tem poder de abalar estruturas sociais e autoridades em várias áreas. Silva e Volpato (2013) afirmam que, os principais aspectos relativos aos pontos positivos do uso das TICs em sala de aula são: interatividade, convergência midiática de conhecimentos e cultura digital.

O modelo tradicional de educação, centrado no professor enquanto detentor e transmissor de informação já não se aplica mais nessa Era Digital. Porém, ainda que agora a informação esteja disponível na internet e os alunos não dependam mais do professor para obtê-la, esses necessitam da mediação do mesmo, para que a aprendizagem aconteça. Ou seja, o professor ainda é fundamental. Novas abordagens pedagógicas centradas no aluno, onde o professor atua como um problematizador e facilitador e o aluno é instigado à pesquisa dinâmica e colaborativa podem ser muito promissoras nesse cenário.

Para Silva e Volpato (2013) cabe aos sistemas escolares promoverem o uso pedagógico de todas as mídias disponíveis na sociedade, em situações educacionais, enquanto ferramentas pedagógicas, visando à apropriação criativa e política dessas técnicas para a emancipação do

cidadão. A Escola deve discutir o emprego de mídias como recurso pedagógico que possibilita a otimização do ensino e aprendizagem, e também os obstáculos possíveis.

Como indica Oliveira et. al. (2015), a adaptação das escolas ao uso das TIC's é um desafio para alguns educadores, pois nem todos possuem domínio das ferramentas tecnológicas. A utilização desses recursos tecnológicos no processo de ensino, é cada vez mais necessária, tornando a aula mais atrativa, proporcionando aos alunos uma forma nova de ensino. Para que isso se concretize de maneira que todos os envolvidos se sintam beneficiados, a questão das TIC's deve estar bem consolidada.

É interessante notar as reações diversas e dúvidas que são apontadas como, por exemplo, a desmotivação dos alunos e as dúvidas de utilização das TIC's nas salas de aulas pelos professores.

É importante trabalhar a formação dos professores para as habilidades necessárias para o domínio seguro do aparato das TIC's e como utilizá-las enquanto recursos pedagógicos, otimizando assim, as práticas pedagógicas de maneira que essa postura metodológica possa oferecer possibilidades aos alunos, de forma que estes se envolvam e participem do processo ensino aprendizagem, apresentando melhor desempenho e rendimentos. Este trabalho deve ser feito através da formação continuada, quesito que está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que já preconiza a inclusão digital em todas as modalidades de ensino.

José Manuel Moran (2008) afirma que, “explorando bem as potencialidades do ambiente virtual nas situações de ensino aprendizagem, possibilita-se a maior interação do aluno no processo” (p. 06). Dessa forma, o uso das TIC's em sala de aula pode modificar de maneira significativa a prática do professor no processo de transmissão e compartilhamento dos saberes historicamente produzidos, de forma crítica e proporcionando ao aluno apropriar-se do conhecimento enquanto um ser social.

O uso das TIC's pode ser um recurso pedagógico essencial para o professor na escolha dos conteúdos e planejamento em relação ao compartilhamento e interação real no processo de ensino aprendizagem aplicado à realidade social e cotidiana.

Segundo Oliveira et. al. (2015), a inserção das TIC's no mundo escolar anima o desenvolvimento criativo e aprendizagem cooperativa, contribuindo também para o descobrimento de novos padrões de relações e o improviso. As tecnologias proporcionam que os alunos construam os saberes a partir da comunicabilidade e interações com o mundo, sem limitações geográficas, culturais e troca de conhecimentos e experiências constantes.

Porém, é necessária a compreensão da ferramenta tecnológica não como ponto principal do ensino aprendizagem, mas como um dispositivo de mediação entre educador, educando e saberes escolares.

Para os autores, a incorporação das TIC's deve contribuir para transformar a escola em um lugar democrático e promotor de ações educativas que transponham os limites da sala de aula, instigando o educando a ver o mundo além, respeitando as diferenças e os princípios do outro.

A informática, contudo, não deve ser vista ou concebida para a escola como uma disciplina do currículo, e só, ela deve ser utilizada enquanto recurso para auxiliar o professor na integração dos conteúdos curriculares. O grande desafio é transformar as informações em conhecimentos práticos para a vida, estimulando pesquisas interdisciplinares adaptadas à realidade brasileira.

É possível utilizar a tecnologia para elaborar e experimentar produtos educacionais com foco em novos paradigmas educacionais, adaptados à sociedade de informação redimensionando o aprofundamento nos valores humanos e habilidades críticas de pensamento tornando as atividades educacionais mais participativas e motivantes.

Criar uma cultura de uso pedagógico das TIC's é um grande desafio para as instituições escolares na articulação com o contexto social. As TIC's de fato contribuem para uma forma dialógica de promover aprendizagens, desencadeando questionamentos e exigindo reformulações. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz que,

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza (BRASIL, 2018, p. 58.)

Abertura, flexibilidade e comunicação são fatores que segundo Oliveira et. al. (2015), mantêm a relação intrínseca com o uso pedagógico das tecnologias. O rádio e a televisão, durante muito tempo, funcionaram como veículos tecnológicos de informação e de conhecimento, e agora, a informática se apresenta como recurso indispensável, por seu intermédio desenvolve-se trabalho com o uso de correio eletrônico, criando páginas na web, proporcionando a comunicação virtual no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o uso das TIC's na escola auxilia na promoção social da cultura, da História e no desenvolvimento pessoal de aptidões e motivação. Como indicam os autores, a exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensejam aos alunos e professores oportunidades novas de interação e produção de saberes.

ABORDAGEM DE HISTÓRIA INDÍGENA EM SALA DE AULA (LEI. 11.645/2008)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), no parágrafo 4º, artigo 26, traz a preocupação com o estudo da história dos povos Afro-brasileiro e indígenas. Com a Lei 10.639/2003, tornou-se obrigatório no Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras o estudo da História e Cultura Afro-brasileira. Porém, somente em 2008, a partir da Lei 11.645/2008 é que se torna obrigatório o estudo de História e Cultura Indígena no Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras. Importante dizer que o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases foi alterado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, explicadas acima.

Segundo Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luís de Castro Jr. (2016), ao analisarmos a lei podemos perceber que sua intenção é que se estude colocando em evidência as minorias para que todos possam compreender sobre outras culturas e trajetórias sócio-históricas. A Lei altera o conteúdo programático da educação básica, no sentido da inclusão de diversos aspectos da história e cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir da população afro-brasileira e indígena. Resgatando assim, as contribuições sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil. Sendo que, estes conteúdos não são ministrados de forma específica em uma disciplina, porém no âmbito de todo o currículo escolar, de forma interdisciplinar, através, principalmente, das aulas de Arte, Literatura e História.

As mobilizações dos povos indígenas ao longo das últimas duas décadas conquistaram enorme visibilidade para estes atores sociopolíticos. A implantação de políticas públicas para responder às demandas desses povos vai ao encontro desse movimento pelo acesso a direitos sociais específicos. A Lei 11.645/2008 que determinou a inclusão do ensino de História e das Culturas indígenas nos currículos escolares é uma medida criada para possibilitar o respeito dos demais brasileiros aos indígenas e o reconhecimento da diversidade no país.

Edson Silva (2012) questiona como lecionar sobre os povos indígenas uma vez que a maioria do professorado na Educação Básica desconhece a temática. Questiona ainda como superar a visão exótica sobre esses povos em sala de aula por uma abordagem crítica, uma vez que a imensa maioria da população possui pouco conhecimento sobre os povos indígenas e o pouco que sabem está associado a uma imagem tradicionalmente veiculada pela mídia de um indígena genérico e romantizado. Segundo o autor, essas visões de senso comum vêm mudando, nos últimos anos, graças a mobilização dos povos indígenas em torno dos debates para conquista dos direitos indígenas fixados em lei, com a Constituição de 1988.

Na Educação, a formulação de políticas inclusivas das histórias e expressões socioculturais indígenas no currículo escolar e nas práticas pedagógicas, é uma exigência que deve ser atendida com a contribuição de especialistas, com a participação dos próprios indígenas, com a formação de futuros (as) docentes e na formação continuada daqueles que já se encontram atuando, seja em sala de aula ou nas universidades, secretarias estaduais e municipais. Segundo Silva (2012), só assim iremos deixar de tratar as diferenças socioculturais como estranhas, exóticas e folclóricas.

Segundo Edson Silva (2002), na escola, de modo geral, o indígena é lembrado quando tocado o assunto do “Descobrimento” em 1500, no início da Colonização, e nas datas comemorativas no “Dia do Índio” (19 de abril), quando as crianças das primeiras séries do Ensino Fundamental são enfeitadas como indígenas que habitavam os Estados Unidos e estimuladas a fazerem gritos de guerra e comerem comidas típicas (milho cozido, aipim assado, etc.)

Para o autor, os estudos atuais sobre os povos indígenas têm revelado a presença desses povos, sua diversidade e pluralidade quando no encontro com os colonizadores. Há uma busca pela superação do etnocentrismo que condicionava as referências do romantismo do século XIX, e as

atuais pesquisas vêm descobrindo a complexidade desses povos e as relações decorrentes da colonização. Esta, a colonização, deixa de ser vista como um movimento único e linear, mas como um processo complexo de jogos de relações, embates, negociações e conflitos. Estes estudos e pesquisas, devem transpor os muros acadêmicos e chegar nas escolas de todo o Brasil.

Para tal abordagem, que quebre paradigmas e preconceitos, é preciso contestar o desconhecimento, os preconceitos, os equívocos e a desinformação generalizada sobre os indígenas, até mesmo entre os educadores. O Brasil não possui apenas uma identidade nacional, somos resultado de vários povos e expressões culturais, étnicas, religiosas, etc. As ideias de uma identidade única escondem as diferenças de classe, gênero e étnicas. Negam os processos históricos violentos. E é preciso que as minorias (mulheres, negros, idosos, crianças, pessoas com deficiência, etc.) reivindiquem reconhecimento de seus direitos. É preciso problematizar as ideias e afirmações de identidades gerais (mestiçagem) no Brasil. Para Silva (2012), é preciso reconhecer, afirmar e respeitar o direito às diferenças, pois o discurso de mestiçagem como identidade nacional é utilizado para esconder a história de indígenas e negros na História do Brasil.

A Lei 11.645/2008, ainda que careça de definições mais completas, possibilita a superação dessas lacunas na educação escolar. Contribui para o reconhecimento e inclusão dos povos indígenas buscando um novo desenho para o Brasil, respeitando sua sociodiversidade. Porém, ainda hoje, com doze anos de sua publicação, persistem vários desafios para efetivação das determinações da lei. Há uma enorme necessidade de capacitação dos quadros técnicos para o combate aos racismos institucionais e a capacitação de professores. Isso significa, que no âmbito dos cursos de licenciatura e de formação de professores deve ocorrer a inclusão de disciplinas obrigatórias, ministradas por especialistas sobre a temática indígena. É preciso que as secretarias estaduais e municipais incluam a temática indígena nos estudos, capacitações periódicas e formação continuada de forma que sua abordagem aconteça na perspectiva do respeito a sociodiversidade existente historicamente no Brasil.

É preciso adquirir livros que tratem da temática indígena para os acervos bibliográficos das escolas, bem como a produção com assessorias de especialistas e indígenas, de material de audiovisual, textual e tecnológico que dê subsídios para o aprendizado sobre os povos indígenas,

para utilização em sala de aula, proporcionando, ainda, o acesso a livros, revistas, jornais e novas fontes de informação e pesquisa sobre estes povos.

Segundo Reis e Campos Jr. (2016), os livros didáticos possuem uma visão eurocêntrica da História do Brasil, destinando o espaço aos povos indígenas às concepções marcadas pela literatura romântica do século XIX, amplamente adotada pelos livros didáticos no século XX, mostrando um indígena idealizado, como herói e vítima, fadado ao desaparecimento e ainda veiculado nos dias de hoje. Os indígenas são abordados como representantes do passado, só aparecendo como os primeiros habitantes do Brasil.

Ainda hoje, apesar das renovações teórico-metodológicas da História nos últimos anos, existe uma tendência nas escolas de priorizar aspectos ditos como “herança cultural” dos indígenas, sem destacar os significados atribuídos, reduz-se a complexidade desses povos em listas de palavras, comidas, deuses, danças, etc. O conteúdo programático da disciplina de História na escola fundamental prima a visão monocultural e eurocêntrica. Inicia-se o estudo da História do Brasil a partir da chegada dos portugueses, sem tocar na presença indígena anterior ao processo de colonização, oculta-se também o aspecto violento desse processo de conquista do território com o etnocídio praticado contra as populações indígenas do Brasil.

A efetivação da Lei 11.645/2008 em sala de aula possibilitará estudar, conhecer e compreender a temática indígena, superando desinformações, equívocos e a ignorância resultantes em estereótipos e preconceitos. Ainda que se leve em conta as dificuldades e desafios presentes nos processos de ensino aprendizagem, a escola é o local em que a efetivação da Lei possibilitará a viabilização de espaços que oportunizem o reconhecimento da diversidade e a convivência respeitosa baseada no diálogo. É preciso uma educação que reconheça, respeite e apoie os povos indígenas e suas reivindicações, conquistas, direitos e suas diversas expressões socioculturais. Só assim poderemos formar cidadãos críticos e capazes de refletir e mudar suas realidades.

Diante do exposto, é preciso, como aponta Reis e Campos Jr. (2016), envolver a comunidade escolar em um projeto de discussão, problematização e engajamento em ações concretas que visem a valorização cultural do Brasil. A formação dos educandos tornando-os pessoas comprometidas com a realidade histórica e social do país deve ser o objetivo da Educação

nacional. Diante disso, devem ser pensadas práticas de ensino que contribuam para alcançar esse objetivo.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico delineado para este trabalho, consistiu na escolha da metodologia empírica analítica. Foi utilizado o registro e tratamento de informações recolhidas por meio de formulário físico impresso e formulário online (Google Forms), permitindo uma análise quantitativa e qualitativa, apresentando os resultados através de esquemas e um quadro de correlação.

A ideia é apresentar dados para mensurar conhecimentos prévios e adquiridos pelos alunos antes e depois das atividades e conseguir avaliar participações e satisfação com a experiência através de esquema de perguntas simples. Para tal, foi aplicado presencialmente um questionário estruturado, no sentido de saber o que os alunos já possuíam de conhecimento prévio sobre a temática indígena, o que gostariam de aprender, como gostariam, em que tempo e se possuíam acesso à internet. Após as atividades do projeto no curso online, foi aplicado um formulário estruturado online pela ferramenta Google Forms com questões sobre o que sabiam sobre a temática indígena após o curso e a avaliação do projeto e níveis de satisfação com o mesmo e sua própria participação.

O projeto foi dividido em três fases que ocorreram ao longo do ano de 2019. A primeira consistiu em uma palestra sobre a temática indígena, a fim de despertar nos alunos o interesse e alguns questionamentos. A segunda fase foi a execução de uma oficina com os alunos e a aplicação do primeiro formulário físico, impresso. A terceira e última fase consistiu na produção de um curso em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), nesse caso MOODLE e na aplicação do segundo formulário, dessa vez online pela ferramenta Google Forms.

O Moodle é um ambiente virtual adotado em vários países². Segundo o site, tem como missão divulgar o uso da plataforma de aprendizagem Moodle. O download pode ser feito

² No Brasil, encontramos no endereço: <http://www.moodlebrasil.net/moodle>

diretamente no site³ e qualquer pessoa com algum conhecimento técnico em informática (MySQL e PHP) pode instalar e configurar facilmente.

O ambiente Moodle, tem seu código fonte aberto, permitindo modificações e adaptações em sua configuração, de acordo com a necessidade de cada instituição, possuindo uma interface intuitiva, simples e amigável. Já existem vários servidores de hospedagem gratuita deste serviço, bem como comunidades virtuais formadas por professores, pesquisadores, administradores de sistema, designers e programadores que fornecem toda orientação e informação necessária e esclarecimento de dúvidas sobre o ambiente.

Ademais, em se tratando da análise dos dados, optou-se por uma abordagem quanti e qualitativa pois, esses tipos de pesquisa que utilizam matemática para representar fatos, tem como ideia e propósito achar meios para esquematizar a realidade, utilizando como seu sinônimo de teoria ou idealização abstrata do fato, representando de forma simples uma realidade ampla e complexa (CHIZZOTTI, 2008). Além disso, adotou-se essa forma de trabalho, devido ao pouco tempo de contato com os alunos em sala de aula e em situações extraclasse, o que fez com que nuances subjetivas do ensino e da aprendizagem não pudessem ser avaliadas em curto prazo; devido ao fato de haver uma maior facilidade para análise dos dados gerados através das TIC's aplicadas à atividade; e da necessidade de quantificação estatística dos dados de participação, aprendizado e satisfação dos alunos a fim de gerar relatórios de pesquisa.

Esperamos dessa forma, apresentar uma análise mais objetiva do trabalho executado com os alunos e demonstrar o uso do produto gerado a partir desta pesquisa, que foi um curso em AVA/MOODLE para uso de TIC's no auxílio da abordagem de História Indígena em sala de aula.

O PROJETO HISTÓRIA INDÍGENA PARA O ENSINO MÉDIO

O projeto “História Indígena para o Ensino Médio”, ocorreu de março a novembro de 2019 e surgiu a partir de um convite do professor de História para ministrar uma palestra para os alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio Regular. A aproximação com o colégio estadual surgiu a partir de recomendação da professora de espanhol que já conhecia o trabalho da primeira autora

³ <http://www.moodle.org>

deste artigo, Bianca Luiza Freire de Castro França, sobre as coleções de objetos dos indígenas Ticuna (Alto Solimões, AM). A autora atuou durante seis anos como estagiária e pesquisadora no Setor de Etnologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro pesquisando a História, Cultura e produção material do povo Ticuna. Além de, ter participado entre 2017 e 2019 do projeto de memórias indígenas “Os Brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional⁴”. Devido à recomendação, surgiu o contato com o professor de História e a Coordenação do colégio e o convite.

Porém, devido à complexidade do tema de pesquisa da autora, foi optado por fazer algo mais condizente com o público em questão, abordando a (des)construção de uma História Indígena Oficial, que não abarcava a complexidade dos povos indígenas brasileiros, através de imagens idealizadas que eram comuns nos livros didáticos. Algo mais próximo do projeto de Memórias Indígenas. Devido ao sucesso da palestra com os alunos, coordenação e direção da escola, esta acabou ganhando mais dois desdobramentos que perduraram pelo ano de 2019: uma oficina de História Indígena com os alunos e um curso on-line na plataforma AVA/ MOODLE, que durou 4 semanas.

A ESCOLA E SEUS ALUNOS

É importante, primeiramente, contextualizar o local onde se deu o trabalho e o público atendido. O colégio estadual se encontra no bairro de Parque Anchieta, Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ. A escola possui algumas carências na estrutura física, mas estas não impossibilitaram o trabalho com os alunos, oriundos do bairro de Anchieta, mas também de bairros e comunidades adjacentes. A região é pobre e carente em muitos aspectos⁵. Os alunos, possuem entre 15 e 18 anos, e em sua maioria, apresentam carências importantes de informações/formações básicas que os habilitem a um rendimento tido como satisfatório. A partir de observações durante a palestra e oficina foi possível perceber uma enorme carência em leitura, escrita e interpretação de texto. Eles

⁴ O projeto pode ser acessado no site: www.osbrasisesuasmemorias.com.br

⁵ Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro Nº 20080401, abril – 2008. Tabela nº 1 - Índice de Desenvolvimento Social por Região Administrativa – Município do Rio de Janeiro – 2000. Pág. 7. Disponível em:<
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf>. Acesso em: 12/03/2020

também possuem problemas de concentração e comportamento, mostrando dificuldade no lidar em sala de aula.

De acordo com entrevista concedida pelo professor de História da escola, em dezembro de 2019, nos dois últimos anos, entretanto, a escola vem demonstrando boa capacidade de recuperação com o apoio valioso da Direção/Coordenação, que possibilitam novas abordagens com os alunos, como o caso da palestra, oficina e curso de História Indígena.

Ao ser questionado sobre a forma como aborda o tema da História Indígena em sala de aula, o professor disse que como trabalha regularmente com turmas de 2° e 3° anos a abordagem se dá sempre em contextos específicos sobre dominação cultural promovida pelo avanço do capital. Apresenta os aspectos nocivos do contato entre europeus e indígenas quando da invasão e conquista do território brasileiro.

O professor disse que promove debates superficiais em sala de aula com o objetivo de oportunizar a elaboração de opinião própria dos alunos sobre o assunto para desmistificar a imagem de selvagem propalada pelo sistema. Também afirmou, que em sua formação na graduação e pós-graduação, não teve nenhuma disciplina voltada para o tema, mas que gostaria de fazer algum curso sobre, pois, seu conhecimento é superficial. Faria inclusive um curso EaD, porém não lecionaria em EaD por não possuir domínio das ferramentas necessárias.

Em relação ao uso de TIC's, o mesmo afirmou que utiliza data show em algumas apresentações em auditório. Sobre curso EaD, disse que considera relevante em casos de cursos eletivos, pois a procura e o interesse obedecem à uma lógica que leva a um resultado positivo. Entretanto cursos regulares carecem, na opinião do professor, de estratégias que enriqueçam a relação entre curso e educando. Para além das questões já mencionadas há ainda uma flagrante dificuldade de acesso à informática de grande parte da população mais carente, fato que torna a modalidade uma ferramenta inviável para a qualificação acadêmica.

Assim, para superação do desafio do acesso à informática e internet, é preciso que haja investimento governamental em tecnologia nas escolas públicas. A aquisição de equipamento para um laboratório de informática com internet que possa atender às necessidades de uma turma de trinta a quarenta alunos, é passo fundamental para que a proposta de um curso online se efetive.

A PALESTRA

A palestra ministrada no dia 28 de março de 2019, sob supervisão do professor de História, para os 37 alunos dos 2º e 3º anos, foi intitulada *Os Brasis: os primeiros brasileiros nas escolas*, inspirada na obra de João Pacheco de Oliveira (2016) *O Nascimento do Brasil e outros ensaios*, e no livreto pedagógico da exposição *Os Primeiros Brasileiros*⁶, de curadoria do antropólogo João Pacheco de Oliveira.

Consistiu em uma pequena apresentação de slides com uma média de duas horas de duração, abordando algumas questões sobre como os indígenas vêm sendo tratados pela sociedade em vários aspectos:

- Como o indígena vêm sendo retratado ao longo da história em obras de arte; ilustrações; literatura; notícias; filmes; etc.;
- Como o indígena vêm sendo abordado nos livros didáticos, pela história e historiografia, pela sociologia e pela antropologia (transições e estagnações);
- Discutir o real significado do “Dia do Índio” – 19 de abril e do “abril indígena”;
- Refletir sobre o indígena real x o indígena construído: a imagem do “bom selvagem” e o indígena moderno;
- Discutir a questão do contato interétnico, da assimilação, dos regimes de tutela e da alteridade;
- Apresentar as novas pautas e agendas das lutas indígenas (ATL indígena 2018/2019);
- Apresentar indígenas conhecidos ao longo da história (lideranças, políticos, escritores, pintores, cantores, artistas, etc.);
- Apresentar para os alunos e professores o site do projeto “Os Brasis e suas memórias”, como mais uma fonte de apoio para pesquisas e ensino de História indígena.

⁶Disponível em:< http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/BOOK_Primeiros_Brasileiros_Completo_MIOLO_Final_BAIXA.pdf> Acesso em: 15/02/2020

A apresentação mostrou a História Indígena dividida em quatro distintos regimes de memória⁷: 1. O indígena como amigo e o indígena inimigo (relação colonial); 2. O indígena como ancestral (indigenismo, século XIX); 3. O indígena como tutelado (começo do século XX); 4. O indígena como protagonista (segunda metade do século XX e século XXI).

Para cada regime de memória, foram trabalhadas imagens construídas sobre o indígena, discutindo como tais imagens apresentam um discurso idealizado e muitas vezes irreal e equivocado. Na relação colonial foi abordada a imagem da pintura *A Primeira Missa*; no indigenismo do século XIX, pinturas como *O último Tamoio* e *Moema*; o indígena tutelado, na primeira metade do século XX, imagens da Comissão Rondon; e nos tempos atuais, imagens do Acampamento Terra Livre de 2018 e de indígenas em diferentes posições como o autor de livros Prof. Daniel Munduruku; a Deputada Federal Joênia Wapichana; o primeiro Deputado Federal eleito, Mário Juruna, dentre outros indígenas.

Foi explicado aos alunos, a partir de Oliveira (2016), que na relação colonial, houve a criação de um discurso sobre o indígena manso e o indígena bravo; no qual o indígena manso era aquele que se submetia ao colonizador europeu e deveria ser catequizado e incorporado à sociedade colonial, enquanto, o indígena bravo, era aquele que resistia às investidas coloniais e por isso deveria ser preso, domesticado e/ou dizimado.

Já no século XIX, o movimento romântico, contribuiu para que nas artes e literatura o indígena fosse celebrado como um valoroso antepassado nacional, e que estaria em vias de extinção; portanto, ora era registrado como parte da nação, ora como aquele que iria morrer. No começo do século XX, as imagens atribuídas aos indígenas eram aquelas das agências de tutela do Estado, ou seja, o indígena como um estágio incapaz da evolução humana que deveria ser tutelado pelo Estado até sua completa incorporação à sociedade nacional, podendo assim, como cidadão civilizado, receber seus direitos e cumprir com seus deveres.

⁷ A expressão regime de memória é utilizada pelo antropólogo Johannes Fabian (2010) ao referir-se a um tipo de construção da memória internamente delimitada que tornaria possível contar histórias sobre o passado. Ou seja, é a forma como construímos a memória, internamente, sobre o passado, como contamos nossa história.

Nos dias atuais, os indígenas foram apresentados como insurgentes que estão em todos os lugares: nas universidades, na política, nas artes, no cinema, na literatura, entre outros. Sempre lutando por seus direitos e mostrando presença.

O objetivo da palestra, foi levar para a sala de aula um pouco dos resultados do trabalho de acadêmicos indígenas e não indígenas, uma vez que entendemos que os saberes devem circular. Após o encerramento houve um pequeno debate com os alunos sobre os temas abordados e eles demonstraram grande engajamento e compreensão das questões apresentadas.

A OFICINA

Devido à grande interação dos alunos na palestra e ao fato dos mesmos terem demonstrado interesse, houve um segundo convite por parte do professor de História, em agosto do mesmo ano, para fazer uma oficina sobre os temas trabalhados na palestra. A oficina deveria ter ocorrido em 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas, porém, devido ao cronograma, só ocorreu no dia 25 de outubro de 2019. Participaram da oficina 37 alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio Regular: 25 alunos de duas turmas de 2º ano e o restante do 3º ano.

A oficina foi uma adaptação de uma das atividades sugeridas no livreto pedagógico da exposição *Os Primeiros Brasileiros*. A atividade intitulada “Temporalidade para construção de memória” consistiu na leitura de um trecho da carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, D. Manuel I, em 01 de maio de 1500, com explicação sobre o texto e seu contexto. A carta que tinha o objetivo de fazer os primeiros registros escritos sobre as terras e populações encontradas no “Novo Mundo” é considerada a “Certidão de Nascimento” do Brasil. Foram feitos alguns grifos de trechos onde são descritos os indígenas e o contato entre estes e os portugueses recém-chegados.

Após a leitura do trecho foi pedido que a turma fosse dividida em grupos, que poderiam ser de turmas e séries diferentes, pois o trabalho não fez distinção por série, uma vez que os alunos apesar da diferença de idade e/ou série demonstravam ter conhecimentos próximos sobre o assunto. Cada grupo deveria entregar uma folha com os nomes, turmas e séries de seus participantes e responder as duas perguntas: “1. Elaborem uma hipótese para explicar as narrativas do autor sobre estas populações. Ou seja, por que vocês acham que Pero Vaz de Caminha descreveu

os indígenas da forma como escreveu?"; "II. Identifiquem uma semelhança e uma diferença entre a forma como o autor interpretou os primeiros habitantes da terra e a forma como os não indígenas enxergam os povos indígenas nos dias de hoje. ”.

Esperava-se que os alunos pudessem compreender através da leitura de documentos a forma como estes podem indicar o pensamento das pessoas através do tempo; como são construídas as narrativas à serviço de interesses sociais e políticos e como estes discursos vão sendo transmitidos pelas gerações. Dentro das limitações de aproximação com o tema e carências educacionais, já apontadas, os alunos souberam elaborar bem hipóteses que apontavam o desconhecimento dos colonizadores sobre os povos que descreviam, o encontro de alteridades e choque entre culturas. Também fizeram excelentes apontamentos sobre as permanências de certos discursos coloniais em nossa sociedade contemporânea acerca dos povos indígenas, como o estranhamento do acesso dos indígenas a tecnologias como computadores e celulares. Demonstraram ter um olhar mais empático com os povos indígenas compreendendo que a cultura é algo que está sempre em transformação.

Um bom exemplo de resposta da oficina foram as respostas de um grupo de alunos do terceiro ano:

Questão 1. Pero Vaz de Caminha descreveu os indígenas dessa forma por ser algo totalmente desconhecido, ele ficou perplexo pela forma de vida dos nativos. Os nativos não tinham vergonha da sua nudez, sua sociedade vivia uma espécie de “comunismo primitivo”, onde cada indígena contribuía para sua aldeia de forma igualitária. Em uma aldeia cada indígena tem o mesmo status de igualdade e somente o cacique tem um “poder” maior.

Questão 2. Os indígenas deram um passo muito grande na cultura, desde a descoberta do Brasil mudaram sua forma de vestir, de se comunicar e tem contato com a tecnologia. Aprenderam um novo idioma, e com toda essa mudança seu contato com o mundo é bem maior do que a 500 anos atrás, ainda sofrem preconceito e muitos indígenas morreram por causa disso, assim, sua população é muito menor comparada a época do seu descobrimento”

Em um segundo momento, durante a oficina, foi distribuído entre os alunos um formulário individual para que os mesmos respondessem algumas questões sobre o entendimento deles acerca dos indígenas e se os mesmos teriam interesse em fazer uma atividade extraclasse, como um curso on-line, sobre a temática abordada. Grande parte dos alunos, disseram não conhecer muito ou desconhecer sobre os povos indígenas brasileiros e sua história. O formulário

também questionou se os alunos tinham acesso à computadores e internet, e se tinham interesse e disponibilidade para fazer um curso online, em modalidade 100% EaD. As perguntas do formulário foram: 1. O que você já sabe sobre História Indígena? 2. Quem são os indígenas que você conhece e que papéis esses indígenas desempenham? 3. Na História, quem foram esses indígenas? 4. O que você gostaria de aprender sobre História Indígena? 5. Como gostaria de aprender? 6. Possui acesso à internet? 7. Faria um curso online para aprender História Indígena? 8. Quanto tempo você conseguiria dedicar ao curso?

Dos 37 alunos que responderam: Todos os alunos responderam já possuem algum conhecimento sobre História Indígena, nenhum respondeu conhecer algum indígena e sua história; 31 alunos responderam que fariam um curso online sobre o tema; 1 respondeu talvez e 5 disseram que não fariam. Os que disseram que não fariam o curso, alegaram que não fariam porque não possuem interesse pelo tema, todos tinham acesso à internet. 3 alunos responderam que não tinham acesso à internet, a direção do colégio ofereceu os computadores do laboratório de informática para que acessassem o curso nos intervalos de aula, mas mesmo assim, não fizeram o curso, ainda que tivessem respondido no formulário que gostariam de fazer um curso on-line sobre o tema História Indígena.

O CURSO

O curso de História Indígena para o Ensino Médio, foi pensado durante o planejamento para a oficina de História Indígena como uma alternativa extraclasse para os alunos que quisessem aprender mais sobre o assunto, já que alguns alunos mostravam muito interesse pelo tema, principalmente os de 3º ano. Curiosamente, a maior parte dos alunos que se inscreveram e participaram até o final, recebendo os certificados, eram do 2º ano.

Foi construído e executado na plataforma Moodle disponibilizada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul através do projeto Minha Escola Virtual⁸. O Minha Escola Virtual é um espaço criado pelos pesquisadores do Laboratório de Aprendizagem de Desenvolvimento de Software do IFRS – Campus Bento Gonçalves/RS, é um projeto sem fins lucrativos. Este espaço permite que

⁸ Pode ser acessado no endereço: <http://www.minhaescolavirtual.com.br/>

qualquer professor possa criar suas turmas utilizando o Moodle. O professor pode oferecer seus materiais e solicitar entrega de exercícios e somente os alunos que possuírem cadastro e a senha para inscrição no curso é que poderão ter acesso ao material.

Professores de instituições de ensino municipal, estadual e federal dos níveis de Ensino Fundamental, Médio e Superior podem realizar seu cadastro com sua conta de e-mail e solicitar a criação de seu curso, respondendo à um formulário de solicitação. Assim que recebida pela equipe da IFRS o curso deverá ser liberado o mais rápido possível.

Foi criada uma conta de e-mail para o curso de História Indígena, para poder fazer comunicação com os alunos de forma mais institucionalizada. Por essa mesma conta, foi criado um Drive no Gmail que foi compartilhado com os alunos para acesso de livros e documentos diversos sobre a temática indígena. E também foi criado um grupo na rede social Facebook, para poder manter comunicação com e entre os alunos, para além da plataforma do curso.

Aqui cabe uma interessante observação, o uso do grupo em rede social foi fundamental para a comunicação com os alunos que viam mais rapidamente avisos e outras publicações do que por e-mail, e era por esse grupo que toda semana os avisos de novos conteúdos e atividades chegavam de forma mais rápida, além dos avisos por e-mail e via Moodle.

O curso teve duração de 4 semanas (de 01 a 29 de novembro), para este, foi elaborada uma apostila com quatro capítulos, cada capítulo com sua bibliografia própria e várias sugestões de leituras complementares e livros, que estava disponível na plataforma para download.

Em cada semana foi abordado um regime de memória para tratar do indígena no Brasil, assim como na palestra em março: Semana 1. Relação Colonial (1500 – 1822): O indígena como amigo e o indígena inimigo; Semana 2. Indigenismo do século XIX: O indígena como ancestral; Semana 3. O advento da República (XIX – XX): O indígena tutelado; Semana 4. Dias atuais (XX - XXI): O indígena insurgente. O aluno deveria ler o capítulo da semana, assistir ao vídeo de apoio, participar do fórum obrigatório com perguntas para estimular o debate e realizar a atividade da semana, que valeria uma pontuação simbólica, por que o curso não contaria como avaliação escolar. Ao final da semana as atividades eram corrigidas e recebiam feedback sobre o desempenho e resposta. Ao final do curso, cada aluno recebeu um certificado de que completou 20 horas de participação, ou seja, 5 horas por semana, uma hora por dia.

Na última semana de curso, de 24 a 29 de novembro, havia um fórum opcional para deixar perguntas para um indígena convidado, o antropólogo e indígena Ticuna João Bento Ramos (PPGAS/Museu Nacional)⁹, porém, devido à falta de interação dos alunos com o convidado indígena, a participação de João Ramos foi resumida em uma única postagem de apresentação do mesmo, falando sobre sua trajetória acadêmica e como indígena Ticuna; e no dia 29 de novembro um chat final, na própria plataforma Moodle, marcado entre 21 e 22 horas, para conversar com os alunos sobre o curso, suas dificuldades e aprendizado.

A experiência do curso on-line não foi tão bem-sucedida quanto à da palestra e da oficina, ambas presenciais. Ao todo, o curso teve 18 participantes. Desses 18 alunos, apenas 10 concluíram o curso e receberam o certificado final com 20 horas de participação. Desses mesmos 10 alunos, somente 7 participaram do chat final e responderam à avaliação final sobre suas impressões do curso. Nenhum aluno deixou perguntas para o convidado indígena, apesar dos muitos lembretes na plataforma e na rede social. Alguns alunos responderam ao serem perguntados no formulário de avaliação final do curso, que esqueceram de enviar perguntas.

Ao longo das quatro semanas foi preciso estender o prazo de todas as atividades para envio e participação, apenas dois alunos responderam aos fóruns e entregaram as atividades no tempo correto, sem precisarem ser advertidos por mensagens lembrando da entrega ou atraso. Também foi preciso fazer um vídeo tutorial de como utilizar e enviar atividades pela plataforma, pois houve dificuldade dos alunos com a mesma. Apesar dos atrasos no envio, quase todas as respostas, com exceção de um aluno, foram e receberam excelente avaliação. Na segunda semana no fórum obrigatório foi questionado aos alunos “Você conhece algum livro de história em que apareçam personagens indígenas? Se sim, qual o livro e qual o personagem? Faça um pequeno resumo da história e diga o que mais gostou nela.”. Uma aluna do 2º ano respondeu:

Sim, “Um dia na aldeia” [livro]. O livro sobre indígenas mostra um dia na vida de um menino indígena da aldeia Munduruku, o que ele faz durante o dia, como brinca com os amigos, como caça, pesca e ainda como se relaciona com os outros membros da tribo. A parte que mais me interessei foi o que ele faz e como vive como se relaciona com os amigos sendo indígena.

⁹ João Bento Ramos é um antropólogo, pesquisador da área da Antropologia Indígena. Indígena, Ticuna, atualmente é mestrando em Antropologia Social do Museu Nacional-PPGAS/MN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8497487896409526>.

Por final, para aumentar o engajamento dos alunos em participarem do curso, o professor de História fez a concessão de que o aluno que terminasse o curso e apresentasse o certificado estaria liberado da prova final da disciplina de História. Em uma das turmas de 2º ano, apenas um aluno apresentou o certificado e foi dispensado. Esse aluno, participou de todas as atividades, ainda que com dificuldade em compreender enunciados simples e interpretar dados da apostila.

No dia 29 de novembro, no chat, mediado pela autora do trabalho, os alunos participaram muito bem. Conversaram durante uma hora de atividade demonstrando que gostaram do curso, responderam que fariam algo semelhante novamente e apontaram algumas dificuldades para acesso da plataforma devido à má conexão com a internet. O chat, das atividades na plataforma Moodle, foi a mais bem-sucedida, com muito engajamento e excelente participação.

Dos 10 alunos que receberam certificados, apenas 5 participaram de todas as atividades do curso, os outros 5 que também receberam certificados, não participaram de alguns fóruns, ou não enviaram algumas atividades, e/ou não participaram do chat final. Após o final do curso, foi compartilhado com todos os alunos que se inscreveram um formulário de avaliação do curso¹⁰ por eles, no qual apenas 7 responderam.

O curso online, das fases de trabalho propostas (palestra, oficina e curso online) foi a com pior interação e rendeu resultados inesperados para análise. Porém, nem só de sucessos vive um professor/ pesquisador e são esses resultados inesperados que serão analisados a seguir. É preciso avaliar o porquê do insucesso com essa atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos sete alunos que responderam ao formulário de avaliação do curso, todos eram do 2º ano, das duas turmas. Duas meninas e cinco meninos, entre 16 e 18 anos, todos acessaram o curso de casa, onde tinha acesso à computadores com internet.

¹⁰ Pode ser acessado em:<https://docs.google.com/forms/d/1S0bTmjmgmJ8jqdT1ZQX_CYItWhDjlmLs-ojYyo72Ik/edit#responses>. Acesso em 15/12/2019

Desses, 66, 7% responderam ter participado de todas as atividades do curso; 16, 7% participaram de todas as atividades com exceção do chat final; 16, 7% só conseguiram entregar as atividades, não participaram dos fóruns e nem do chat final.

57, 1% alegaram ter participado da atividade do fórum opcional de perguntas ao convidado indígena, porém não foi possível verificar registros da participação na plataforma Moodle de nenhuma pergunta enviada pelos alunos, o fórum ficou vazio. 42,9% responderam que não enviaram, alegando não terem conseguido acessar ou terem esquecido, apesar dos lembretes via plataforma, e-mail e rede social.

85, 7% dos alunos responderam que fariam novamente um curso à Distância sobre História Indígena; 14,3% responderam que fariam o curso, mas em outro modelo de aprendizado.

Ao serem questionados sobre como gostariam de aprender História Indígena utilizando Tecnologias de Informação: 57, 1% responderam que gostariam de aprender com conteúdo totalmente em vídeo (vídeo aulas); 28, 6% gostariam de aprender utilizando aplicativos de tablete e celular com conteúdo dinâmico (jogos e card's de informação); 14,3% gostariam de aprender em plataformas EaD com conteúdo misto (textos, vídeos, atividades,) como no caso do curso apresentado em Moodle.

Ao avaliarem o curso, de fato, 57,1% disseram que o curso talvez tenha atingido seu objetivo; 42,9% disseram que sim, o curso atingiu seu objetivo. 42,9% disseram que o conteúdo estabelecido foi desenvolvido; 100% dos alunos disseram que a abordagem foi suficiente; 71,4% disse que a carga horária foi bem distribuída, 28,6% disse que talvez. O curioso, é que a carga horária foi pensada para que o aluno pudesse dedicar pelo menos 1 hora de seu dia ao curso, em qualquer momento que desejasse dedicar, perfazendo o mínimo de 5 horas por semana, 20 horas o total do curso.

85,7% dos alunos responderam que os recursos tecnológicos foram adequados, 14,3% disse que talvez. 42,9% disseram que o material didático (apostila e vídeos indicados) foi satisfatório; 100% dos alunos apontaram que seu aproveitamento do curso foi bom.

85,7% dos alunos responderam que talvez aplicarão os conhecimentos adquiridos durante o curso em algum momento de sua vida. 14,3%, apontaram que sim, aplicarão os

conhecimentos. Durante a oficina, uma das conversas com os alunos foi de que os conhecimentos adquiridos nas atividades poderiam servir para aqueles que algum dia pretendessem prestar o ENEM. 100% dos alunos responderam que indicariam o curso à um amigo ou parente.

Sobre sugestões, críticas e elogios, os alunos apontaram como maior dificuldade o envio das atividades por conta de má qualidade na banda da internet o que causava lentidão e “bugs”.

No formulário físico pré-curso aplicado na oficina, foram feitas algumas perguntas sobre o conhecimento prévio dos alunos sobre História Indígena. As mesmas perguntas foram feitas novamente no formulário online pós-curso. Segue as respostas abaixo no Quadro 1:

Quadro 1: Comparação das respostas dos estudantes

Pergunta	Formulário físico aplicado antes do curso (25/10/2019)	Formulário online aplicado depois do curso (29/11/2019)
O que você já sabe sobre História Indígena?	Não sei muito/ Poucas coisas; Não sei nada; Que os indígenas fazem parte da História do Brasil; Foram os primeiros habitantes do Brasil; Os portugueses mataram muitos indígenas na colonização.	Nada/ Nenhuma coisa; Não sei muito; Um pouco; A História Indígena foi muito importante para nossa História.
Quem são os indígenas que você conhece?	Tupinambá; Tupi-guarani; Guarani; Zumbi dos Palmares (atribuição equivocada do líder quilombola como indígena).	Nenhum; Iara (lenda amazônica); Zumbi dos Palmares (novamente atribuição equivocada do líder quilombola como indígena).
Que papéis esses indígenas desempenharam? E quem foram na História?	Não sei; Foram indígenas importantes.	Não sei; Pescadores.
O que você gostaria de aprender sobre história indígena?	Origens e cultura dos povos; Caça e pesca; Como viviam; Dança e pintura corporal.	Como conseguiram mudar suas vidas; Suas origens e como vivem; Cassa e pesca.

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando as respostas, é possível observar que não houve uma grande mudança no conhecimento dos alunos sobre o tema. Puderam, o curso de apenas um mês não dar conta da ausência da temática em todos os anos de escolarização dos alunos que participaram. Embora o assunto tenha sido abordado de forma muito pedagógica, é preciso compreender o efêmero alcance, já que não ocorre um trabalho interdisciplinar que contribua para a consolidação dos conteúdos. Assim sendo percebe-se a perda de grande parte das informações repassadas. A prática constante de estímulo à análise e à construção do pensamento crítico frente à real natureza dos fatos deve ser implementada rotineiramente.

Ao avaliar o trabalho com os alunos, o professor deu parecer positivo para a importância e como é gratificante poder trabalhar sobre história e cultura indígena. A oficina foi muito bem estruturada e encaminhada sendo muito interessante a forma de propor a participação dos alunos. Segundo o professor, seu trabalho foi influenciado muito positivamente, já que os debates incentivaram muitos alunos a um posicionamento sobre um tema que lhes era totalmente alheio.

Para os resultados da plataforma virtual oferecida, em nossa análise, talvez não tenha sido o esperado, em parte, pelo desinteresse que é fruto de uma séria lacuna na formação acadêmica dos alunos, que não tiveram contato com alguma informação sobre o assunto no ensino fundamental, e por outro lado devido à problemas de acesso e conexão com a internet que assolam as camadas mais pobres da sociedade, como é o caso do público atendido pelo Colégio Estadual. De fato, devido ao pouco tempo em contato com os alunos, não é possível fazer uma avaliação mais aprofundada sobre as questões subjetivas relacionadas ao aprendizado dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trata do uso de TIC's para a abordagem de História Indígena em sala de aula, a partir de um projeto experimental com alunos do Ensino Médio Regular de uma escola estadual do Rio de Janeiro, RJ. Traz a investigação de contribuições da participação em um curso online para as discussões da temática indígena em sala de aula, indicada pela Lei 11.645/2008. Os resultados obtidos possibilitaram importantes reflexões acerca de como podemos trabalhar utilizando TIC's e abordando a temática indígena em sala de aula.

Nas três fases do projeto, as que tiveram melhor aproveitamento e engajamento foram as presenciais com estímulo a debates e divisão em grupos de trabalho. A que menos obteve sucesso e engajamento foi o curso EaD, mesmo havendo um grupo em rede social e constante troca de mensagens via plataforma AVA/MOODLE, fóruns de debate e conteúdo interativo em vídeos e sites, além da apostila. Os alunos se perderam nos cronogramas de participação em atividades e envio de trabalhos, demonstrando não possuírem autonomia de estudo ainda formada.

Foi possível concluir que experiências em Educação a Distância com crianças e jovens podem não ser bem-sucedidas, principalmente, devido ao fato dos mesmos não possuírem maturidade e autonomia suficientes para organizar e coordenar seus próprios estudos. Adolescentes tendem a ser dispersos e necessitam, nesse caso, de estímulos e moderação presencial e em grupo, do contrário podem perder a motivação e abandonar o curso por uma outra atividade que julguem mais interessante.

Um outro fato que pesou é que no Brasil, bem como no mundo todo, grande parte das populações mais pobres ainda não possuem acesso à informática e à internet. E, ainda que haja acesso à computadores, Tablets e Smartphones há a questão dos problemas com conexão de internet e dificuldades com plataformas educacionais

Apesar da familiaridade com computadores, redes sociais, sites, entre outros, e por mais que o curso tenha sido todo esquematizado de forma intuitiva e amigável, com linguagem informal para que os alunos pudessem compreender melhor, e que tenha sido feito um tutorial em vídeo para que os mesmos compreendessem como utilizar a plataforma e participarem das atividades, ainda assim, houve dificuldade e evasão por conta destas.

Como desafios, é possível apontar a carência nas estruturas escolares para o uso das TIC's. Ainda que haja um laboratório de informática na escola, os alunos não se sentiram à vontade utilizando o equipamento escolar, não fica claro se por problemas técnicos ou de acesso aos computadores e à internet na escola; ou se falta de interesse. Em relação a falta de interesse, compreendemos que há um distanciamento da temática indígena da realidade dos alunos, por isso, muitos não viram necessidade em estudar o tema, fora o fato de haver lacunas e déficits de aprendizado em toda a formação destes.

Apesar da obrigatoriedade da abordagem da História Indígena em sala de aula, há vários entraves que vão desde a formação de professores, que não contempla especificamente o tema, passando pela necessidade de transposição didática dos conteúdos das recentes pesquisas acadêmicas sobre essa temática para a produção de material pedagógico adequado até a necessidade de se adquirir acervo bibliográfico sobre o tema para as bibliotecas escolares. Fora, os espaços em cronogramas e planejamentos escolares que muitas vezes seguem à risca o currículo mínimo não contemplando atividades relativas à abordagem da temática indígena, nem mesmo em atividades extraclasse.

Portanto, podemos afirmar que, o uso de TIC's nas escolas brasileiras é uma questão que precisa de atenção, pois há uma grande disparidade entre algumas instituições em relação às outras. Os professores precisam de formação continuada para dominarem o uso de TIC's de forma pedagógica, bem como, as escolas precisam de investimento e suporte para poder fazer esse uso pedagógico de diferentes formas em sala de aula, não apenas enquanto disciplina, mas como ferramenta de apoio. E, em relação à História Indígena, é preciso fazer valer a lei e investir no debate sobre o diverso nas escolas com toda a sociedade, de forma clara e concisa, utilizando das tecnologias e dos meios de comunicação disponíveis, estimulando a reflexão entre todos os membros da comunidade escolar. A partir disso, conseguiremos ser e fazer a mudança que queremos ver no mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2018. Disponível em: <
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>.

Acesso em: 27/04/2020.

CARR, Nicholas. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisas Qualitativas em Ciências Humanas e Sociais*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2008.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 59-73, Apr. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/02/ 2020

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 3ª e d. Campinas: Papirus, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. Disponível em:<
<http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/02/JPO-O-Nascimento-do-Brasil-livro-em-portugu%C3%AAs-10-MG.pdf>>. Acesso em: 15/02/ 2020

OLIVEIRA, Claudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. *TIC's na Educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno*. *Pedagogia em ação*, v. 7, n. 1, 2015. p. 75-95. Disponível em:<
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11019>> Acesso em: 15/02/ 2020

PASSERO, Guilherme; ENGSTER, Nélia Elaine Wahlbrink; DAZZI, Rudimar Luís Scaranto. Uma revisão sobre o uso das TICS na educação da Geração Z. *RENOTE*, v. 14, n. 2, 2016. p. 1-8. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/70652>>. Acesso em: 15/02/ 2020

PEDROZO, Joslaine Domingues; LIMA, Michelle Fernande. *A pesquisa em Educação: Conceitos e Caminhos Metodológicos*. I Seminário de Pedagogia, IV Encontro de Educação Infantil e II Jornada de Cognição e Aprendizagem. 2010. Disponível em:<
https://anais.unicentro.br/seped/2010/pdf/resumo_54.pdf>. Acesso em: 15/02/ 2020

REIS, Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez; CAMPOS JR., Luís de Castro. Novo olhar sobre o ensino de História Indígena. In: *Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do professor*. Cadernos PDE, Governo do Estado do Paraná. 2016. Disponível em:<
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_06_artigo_hist_uenp_sandradaniellousanoverasanchezreis.pdf> Acesso em: 15/02/ 2020.

SETZER, Valdemar W. *Efeitos negativos dos meios eletrônicos em crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: [S.n.], 2014.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, 2012. p. 213-223. Disponível em:<
<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/48>> Acesso em: 15/02/ 2020.

_____. Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática em sala de aula. *História & Ensino*, Londrina, v. 8, out. 2002. p. 45-62. Disponível em:<
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12228>>. Acesso em: 15/02/ 2020

SILVA, Rosangela Conte; VOLPATO, Rosangela Aparecida. O uso de TIC's na Educação. In: *Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do professor*. Cadernos PDE, Governo do Estado do Paraná. 2013. Disponível em:<

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_ped_artigo_rosangela_conte_silva.pdf>. Acesso em: 15/02/ 2020.



Submissão: 12 de março de 2020

Avaliações concluídas: 07 de abril de 2020

Aprovação: 27 de abril de 2020

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro; SOARES, Gabriel de Oliveira. As TIC's na abordagem da História Indígena: um estudo de caso com estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual do Rio De Janeiro. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 20, n.1, p. 1-30, e-200104, jan./jun., 2020. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >